

ESG 1.0 é incompatível com o ESG 2.0?

Braulio Borges

Folha de S.Paulo 2.4.2026

Transição energética e adaptação climática são duas dimensões nas quais os dois conceitos se reforçam. Economias resilientes a eventos climáticos extremos são mais estáveis e menos suscetíveis a rupturas sistêmicas

Nas últimas duas décadas, a sigla ESG (Environmental, Social & Governance ou Meio ambiente, Social e Governança) funcionou como uma bússola para investidores, empresas e governos que buscavam alinhar desempenho econômico a responsabilidades ambientais e sociais.

Mas o mundo mudou, e depressa. A pandemia de Covid-19 escancarou a fragilidade das cadeias globais de suprimento. A invasão russa da Ucrânia transformou o gás natural em arma geopolítica. A rivalidade sino-americana redesenhou o mapa das tecnologias estratégicas. Nesse novo contexto, o diplomata e economista brasileiro Marcos Troyjo propôs uma releitura da sigla: ESG passaria a significar Economy, Security & Geopolitics (Economia, Segurança e Geopolítica).

No ESG "2.0", a pergunta central não é apenas "essa empresa polui?" ou "esse fundo investe eticamente?". A pergunta é mais ampla e mais dura: "de quem você depende para existir?"

Cadeias produtivas concentradas em poucos países, dependência de minerais críticos extraídos sob regimes autoritários, infraestruturas energéticas vulneráveis a conflitos – esses são os novos riscos que o conceito traz para o centro do debate. Segurança energética, resiliência econômica e autonomia estratégica tornam-se, assim, critérios tão relevantes quanto carbono e diversidade.

Diante desse quadro, emerge naturalmente a seguinte pergunta: os dois tipos de ESG são incompatíveis? A resposta, felizmente, é não. Há pelo menos duas dimensões nas quais os conceitos se reforçam mutuamente: a transição energética e a agenda de adaptação climática.

A oferta de petróleo é geograficamente concentrada. A dependência de hidrocarbonetos é, por definição, uma dependência de poucos fornecedores, frequentemente instáveis ou hostis aos interesses ocidentais. A Europa aprendeu essa lição da pior forma possível em 2022, quando o corte do gás russo jogou a região numa crise de proporções históricas, ainda não totalmente superada.

O sol e o vento, ao contrário, estão disponíveis de forma abundante em boa parte do mundo. Um país que investe em energia solar, eólica e nas infraestruturas de armazenamento associadas (para amenizar a variabilidade dessas fontes) não apenas reduz suas emissões de gases de efeito estufa, mas também diminui sua vulnerabilidade a chantagens geopolíticas, a choques de preços nos mercados internacionais de commodities e a interrupções de fornecimento decorrentes de conflitos distantes.

O segundo ponto de convergência está na agenda de adaptação às mudanças climáticas já contratadas. O planeta aqueceu cerca de 1,5 grau Celsius em relação aos níveis pré-industriais e isso vem gerando eventos climáticos extremos mais frequentes, elevação do nível do mar, colapso de sistemas hídricos.

Mitigar as mudanças climáticas, reduzindo emissões de gases de efeito estufa, é indispensável para evitar uma piora adicional, mas não é suficiente. Adaptar-se à nova realidade climática que já está presente é uma necessidade incontornável.

E é aqui que a agenda de adaptação dialoga diretamente com o ESG 2.0. Economias resilientes a eventos climáticos cada vez mais extremos são, por definição, economias mais estáveis, mais seguras e menos suscetíveis a rupturas sistêmicas.

Infraestrutura hídrica robusta, sistemas alimentares diversificados, cidades preparadas para ondas de calor e inundações. Escassez de água já foi identificada por analistas de segurança como um dos principais vetores de conflito nas próximas décadas. Investir em adaptação climática é, portanto, investir em segurança nacional e em estabilidade econômica, na linha do ESG 2.0.

ESG 1.0 e ESG 2.0 não disputam o mesmo espaço. Eles se complementam –e tanto a transição energética quanto a adaptação climática são provas eloquentes disso.